



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – OSMAR DE AQUINO
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

ADRIANA RODRIGUES PESSOA

**LINHA DE PESQUISA
GEOGRAFIA AGRÁRIA**

**ANÁLISE DO TERRITÓRIO RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR NO
ASSENTAMENTO NOVO SALVADOR – JACARAÚ/PB
(Artigo)**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima

**GUARABIRA – PB
2012**

ADRIANA RODRIGUES PESSOA

ANÁLISE DO TERRITÓRIO RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR NO
ASSENTAMENTO NOVO SALVADOR – JACARAÚ/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Edvaldo Carlos de Lima

GUARABIRA – PB
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

P475a Pessoa, Adriana Rodrigues

Análise do território rural: a agricultura familiar no assentamento Novo Salvador – Jacaraú-PB / Adriana Rodrigues Pessoa. – Guarabira: UEPB, 2012.

36f.:il.;Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima.

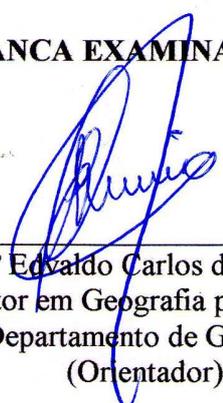
1. Assentamento Rural 2. Agricultura Familiar
3. Território I.Título.

CDD.22.ed. 333.31

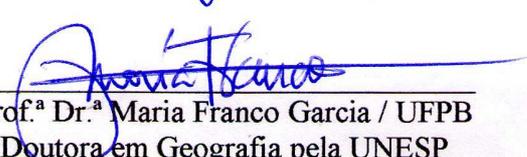
ADRIANA RODRIGUES PESSOA

ANÁLISE DO TERRITÓRIO RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR NO
ASSENTAMENTO NOVO SALVADOR – JACARAÚ/PB

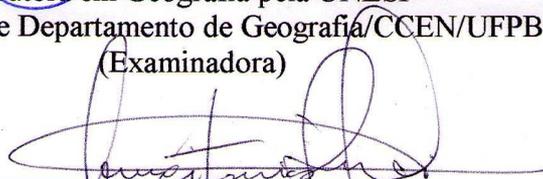
BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr.º Edvaldo Carlos de Lima / UEPB
Doutor em Geografia pela UFPE
Professor de Departamento de Geografia/CH/UEPB
(Orientador)



Prof.ª Dr.ª Maria Franco Garcia / UFPB
Doutora em Geografia pela UNESP
Professora de Departamento de Geografia/CCEN/UFPB
(Examinadora)



Prof.ª Ms. Araci Farias Silva / UFPB
Mestre em Geografia pela UFPB
Professora de Departamento de Geografia/CCEN/UFPB
(Examinadora)

Aprovada em 19/11/2012



Prof. Dr. Edvaldo Carlos de Lima
Mat.: 3.25514-7
CH/UEPB

GUARABIRA/PB
NOVEMBRO/2012

DEDICATÓRIA

À minha Mãe que me ensinou dividir com o próximo, que seja até mesmo o nosso tempo e ao meu Pai que sempre deu liberdade para fazer minhas escolhas e soube me acolher com boas palavras no início e no final de cada etapa de minha vida.

Àquele que, por força do Amor, caminhou ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a José Roberto, que seu apoio incondicional resultou-me numa pessoa mais forte e persistente.

Aos meus irmãos, por terem acreditado na minha disposição.

À Rosália (Madrinha), exemplo que me permitiu acreditar neste caminho.

Ao meu orientador Prof. Edvaldo Carlos de Lima, pela atenção, paciência, ensino e por mostrar a encanto de ser um Geógrafo.

Ao CEGeT/Guarabira/PB. Grupo de estudos e pesquisa que encontrei a verdadeira família do Geógrafo.

A todos que constituem o Assentamento Novo Salvador, pela acolhida e auxílio.

À turma 2007.2 e àqueles que fizeram parte do itinerário desses anos rumo ao Centro de Humanidades/UEPB-Guarabira.

"Eu acredito que o mundo será melhor/
Quando o menor que padece acreditar no menor."

Poeta: Jorge Pereira Lima

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
<i>2.1 Território e território rural: espaços de transformações</i>	10
<i>2.2 Agricultura familiar como principal atividade para alimentar a família no Brasil</i>	13
<i>2.3 Assentamento no contexto da agricultura brasileira</i>	18
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	20
4 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA	22
<i>4.1 PA Novo Salvador – a construção de um território</i>	22
<i>4.2 PA Novo Salvador: exame de sua agricultura</i>	26
5 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30
ANEXO	33

043-GEOGRAFIA

TÍTULO: ANÁLISE DO TERRITÓRIO RURAL: A AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO NOVO SALVADOR – JACARAÚ/PB

LINHA DE PESQUISA: GEOGRAFIA AGRÁRIA

AUTORA: ADRIANA RODRIGUES PESSOA

ORIENTADOR: Prof^o. Dr. EDVALDO CARLOS DE LIMA

**BANCA EXAMINADORA: Prof^a. Dr^a. MARÍA FRANCO GARCIA/ CCEN/UFPB
Prof^a Ms. ARACI FARIAS SILVA/ CCEN/UFPB**

RESUMO

O presente trabalho visa discutir mudanças ocorridas na agricultura com ênfase na agricultura familiar por se tratar de uma atividade que exerce função atuante na questão alimentar e no consumo interno. É uma atividade praticada pelo homem que remonta de “mais de 2 mil anos”, e, se tratando da produção familiar, esta tem lugar expressivo no espaço da produção do país, apesar do incentivo limitado às pequenas unidades de produção. Trata-se de uma apresentação de resultados de pesquisa em campo, no Assentamento Novo Salvador – Jacaraú/PB, como forma de exemplificar a importância da agricultura para o território, neste caso, o assentamento. O PA Novo Salvador teve início com a ocupação e acampamento do imóvel rural denominado "Salvador Gomes" pertencente à Usina Agicam, o Decreto Presidencial de 22 de outubro de 1997 tratou da desapropriação do imóvel com área de 968,0000 ha (novecentos e sessenta e oito hectares), localizado no município de Jacaraú/PB (Litoral Norte). O Projeto de Assentamento previa a criação de 98 (noventa e oito) unidades agrícolas familiares. O Novo Salvador foi articulado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Foram três meses em acampamento até a desapropriação. Como instrumento e embase à pesquisa foi necessário uma reflexão teórica sobre território e referente à agricultura familiar no Brasil e em assentamentos. A realização do trabalho de pesquisa de campo, imprescindível, finaliza a metodologia necessária na conclusão deste trabalho de diagnóstico no Assentamento Novo Salvador. O Assentamento busca se firmar como território através da agricultura que desenvolve.

Palavras-chave: Território. Agricultura familiar. Assentamento Novo Salvador.

ABSTRACT

This paper aims to discuss changes in agriculture with emphasis on the family agriculture because it is an activity that plays an active role in the food issue and domestic consumption. It is an activity practiced by man dating back to "more than 2000 years ago," and it comes to household production, this has a significant place within the country's production, despite the limited incentive for small production units. This is a presentation of research results, in a Settlement called Novo Salvador - Jacaraú/PB as a way to illustrate the importance of agriculture to the territory, in this case the settlement. The SP(Settlement Project) Novo Salvador began with the occupation of a country called "Salvador Gomes" which belonged to Agicam, a sugar refinery, but the Presidential Decree of October 22nd, 1997 dealt with the expropriation of the property with an area of 968.0000 ha (nine hundred and sixty eight hectares), located in the town of Jacaraú/PB (North Coast). The Settlement Project envisaged the creation of 98 (ninety-eight) unities of agriculture family. Novo Salvador was articulated by PLC (Pastoral Land Commission). It lasts three months in camp until the expropriation. As the instrument and base for this search it was necessary theoretical reflection on territory and on the family agriculture in Brazil and in settlements. The completion of the research, which is vital, finishes the methodology that was necessary to complete this work in diagnostic in the Settlement Novo Salvador. The Settlement seeks to establish itself as a territory by developing agriculture.

Key words: territory. family agriculture. Novo Salvador settlement.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir mudanças ocorridas na agricultura com ênfase na agricultura familiar por se tratar de uma atividade que exerce função atuante na questão alimentar e no consumo interno. Trata-se de uma apresentação de resultados de uma pesquisa de campo desenvolvida no Assentamento Novo Salvador – Jacaraú/PB, como forma de exemplificar a importância da agricultura para o território, neste caso, o assentamento.

Como instrumento e embase à pesquisa foi necessário uma reflexão teórica sobre território e agricultura familiar no Brasil e em assentamentos na tentativa de obtermos uma melhor expressão conceitual.

Para tanto, em território, de maneira fundamental utilizar-se de autores como Raffestin e Saquet. Raffestin (1993), em *O que é o Território?* defende que o espaço é anterior ao território, que este último se forma a partir do primeiro, assim, não sendo termos equivalentes ou de mesmo conceito. Pois o território

é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Deste modo território representa a expressão resultante das transformações de um agente sobre um espaço. Para Saquet (2007, p.142):

É uma apropriação social do ambiente; o ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas e unitárias. O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível do visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem.

Em análise, temos que território parte do espaço ou é o próprio espaço que vive relações sociais, possui “identidade”, “onde se projetou um trabalho” como elementos e significados que determinam características para o território.

Já para referir-se à agricultura é primeiro ter por considerá-la como exemplo de atividade que o homem pratica “há mais de 2 mil anos antes de Cristo (ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2007, p. 18)”, sendo assim inseparável de sua história e, mesmo por isso, marcada de mudanças. Pois, é certo que uma atividade que acompanha o homem ao longo de sua história lhe seja própria, porém não imutável.

Grandes mudanças ocorreram na agricultura durante o período 1950-1970. O uso de novas técnicas e equipamentos modernos culminou com sua modernização. No Brasil, se descreve em três momentos: seu início na década 1950, sua acentuação nos anos de 1960 no Sul e Sudeste e, expansão para outras regiões na década de 1970 (TEIXEIRA, 2005).

Para Teixeira (2005) o processo de modernização tanto beneficiou determinados produtos e produtores quanto permitiu que dependessem “cada vez menos da “generosidade” da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses (p.22)”.

Por tanto, a agricultura familiar no campo do Assentamento Novo Salvador – Jacaraú/PB constitui o objeto desse trabalho.

O termo agricultura familiar já traz uma ideia de que é uma prática relacionada à família. Assim como o INCRA, a academia se utiliza dessa relação pra classificá-la; como características apontadas por Gasson e Errington (1993) *apud* Abramovay (1997, p.74): 1- A gestão é feita pelos proprietários; 2- Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; 3- O trabalho é fundamentalmente familiar; 4- O capital pertence à família; 5- O patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; 6- Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Abramovay (1997, p.74) lembra outras terminações frequentes nos textos que referencia à agricultura: “Pequena produção, agricultura de baixa renda ou de subsistência envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades”. Para tanto não esqueçamos que o INCRA classifica as unidades agrícolas familiares considerando um limite em sua extensão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Território e território rural: espaços de transformações

Na Geografia o conceito de território vincula-se a ideia de poder, “a ideia de dominação/apropriação de espaço”, poder não somente sobre um espaço, mas também sobre tudo que houver nele, sobre seus recursos (SUERTEGARAY, 2005, p. 53).

Para Santos e Silveira (2008) o território pode ser objeto de análise geográfico quando do território utilizado e, sua definição dar-se-á ao “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política” (p. 247).

O uso do território na definição de Santos e Silveira (2008, p. 21) é fundamentalmente significativo, pois, considera todo o dinamismo econômico e social, como “os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidade configuram as funções do novo espaço geográfico”. Neste trabalho o “novo espaço”

representa um novo lugar, um novo espaço de relações sociais, o lugar de trabalhar e viver, de construir um novo modo de vida. O Projeto de Assentamento apresenta-se para os que lutam por terra, como um território de inúmeras possibilidades, como um espaço onde se espera construir um ambiente de vida diferente daquele representado pela extrema pobreza e pela forte exploração (RODRIGUES, L. L. M. et. al, 2009).

Um pensamento que estreita as ideias de Suertegaray (2005) e Santos & Silveira (2008), anteriormente citados, é descrita por Souza (2008, p. 84): “O território surge, na tradicional geografia política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social”. Por essa apropriação do espaço “concreto ou abstratamente” de quem atua sobre ele o *territorializa* (RAFFESTIN, apud LUCENA & MARIANO NETO, 2010).

Souza (2008) diz:

“A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, [...] relações de poder espacialmente delimitados e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc. [...]. [...] é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço (p.99)”.

Deste modo, a territorialidade expressa pelo autor supracitado nos remete ao significado de que a territorialidade, por sua característica extremamente abstrata, faz com que um território seja diferenciado em relação aos outros, de modo que essa diferenciação se dá pelo que se vive no território. E, ao mesmo tempo em que, apesar deste território diferenciado, permite-se “tratar

de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes (SUERTEGARAY, 2005, p.53)”.

Chega-se a uma definição de território a partir da essência das palavras de cada autor, que em resumo, coloca que o Território está ligado sempre à ideia domínio/poder, mesmo que num sentido mais brando, estando relacionado à apropriação, à ocupação por um *grupo social* permitindo assim uma territorialidade, assim como há territorialidade observada na atividade que esse grupo desenvolve. Desta forma o grupo social ao formar o Assentamento Novo Salvador (uma ocupação) indica uma territorialidade assim como a agricultura (atividade) que desenvolvem.

Tanto no campo quanto na cidade encontramos territórios, neles o homem desenvolve atividades para produzir seu sustento e até excedente. Mas no território rural ainda predomina a atividade econômica primária, mesmo com grande influência urbana como diz Hora (2008):

“O estudo sobre o território tangenciou a visão dicotômica campo-cidade. O território “apareceu” como uma categoria que permitisse entender estes dois universos paisagisticamente distintos nas suas relações de interdependência. “É um rural com fortes resistências sociais e com a incorporação de uma nova questão: a ambiental (p.06)”

“É um campo que se reconhece em suas múltiplas ruralidades, reconhecendo as especificidades dos sujeitos sociais amparado na diversidade da agricultura familiar e camponesa e nos seus recortes de raça, gênero e geração. É um rural que convive com uma proximidade mais intensa com o meio urbano, figurado não só no modo de vida, mas nas trocas e na procura por locais onde a “natureza” ainda se faz presente, contrariando a artificialidade extrema dos ambientes urbanos. É um rural heterogêneo em modificação... em processo de reconfiguração (p. 07).”

Hora (2008), pretende neste texto definir o território rural compreendendo as transformações que a modernidade vem produzindo no espaço, como processo decorrente das atividades humanas que dessa forma produz novas ruralidades que “impacta na permanência dos modos de vida da pequena agricultura familiar”.

O meio rural passa por frequentes estudos por sua importância e urgência, isso é resultado de sua capacidade em expressar através desses estudos os “dois lados da moeda: a exploração da terra enquanto recurso econômico, e do outro lado, os recursos naturais impactados pelas atividades humanas” (FAJARDO, 2010, p. 232)

De acordo com Pessôa (1999), atualmente o espaço campo-cidade está cada vez mais integrado deixando de existir um espaço rural dedicado apenas às atividades agrícolas e a

cidade, um espaço apenas de indústrias, mas isso não significa negar a importância da atividade agrícola no/do espaço rural.

“Na contemporaneidade, o fazer agrícola continua mudando a paisagem local, de forma cada vez mais complexa. Estas mudanças re-organizam e re-estruturam o campo de diversas formas (HORA, 2008, p. 08)”. Tais mudanças se dão tanto na produção de monocultura destinada à exportação, que empurra para a modernização no campo e concentração de terra na mão de poucos, quanto na produção de alimentos de consumo interno, característica da agricultura familiar (RODRIGUES et al, 2009).

“Esse processo de "modernização" ou de desenvolvimento capitalista da agricultura se deu de modo desigual no tempo e no espaço. Enquanto nos EUA e na Europa Ocidental, a integração técnica da agricultura com a indústria ocorreu no início do século XX, no Brasil ela só teve lugar nas décadas de 60 e 70 (no estado de São Paulo se deu um pouco antes, nos anos 50). A difusão desigual do progresso técnico é ressaltada por Santos (1997). Para ele os sistemas técnicos de períodos diferentes podem ser encontrados num mesmo espaço, porém sua difusão embora tenha se generalizado, ocorre de modo desigual e seletivo. (MOREIRA et al, 2004, p. 04)”

Nestas palavras podemos observar as contradições do que vem a significar esse “processo de modernização” e para afirmar que o processo “ocorre de modo desigual e seletivo”, atingiu principalmente os produtos do setor exportação e distribuiu-se de forma desigual entre as regiões (MOREIRA et al, 2004).

No espaço rural se vê uma diversificada paisagem, onde atuam, entre outros modeladores, diferentes agricultores e tipos de agricultura, cada um ao seu modo, opera buscando se sustentar e “respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Na verdade, os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos” (FAO, 2000, p. 10).

Oliveira (2007, p.74), ao analisar a agricultura brasileira sob a ótica do desenvolvimento capitalista de produção mundial define território como “síntese contraditória”, que envolve o modo de produção, de distribuição e de consumo de um processo decorrente de uma luta pela produção da existência de uma sociedade.

É possível afirmar que o território e o rural, já indicado neste trabalho como espaço de transformações, são construídos também através de uma atividade e, sendo um e outro “síntese” desta, apresenta todas as suas contradições.

2.2 Agricultura familiar como principal atividade para alimentar a família no Brasil

A Lei do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (Lei Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, seu Art. 3º, que conceitua de maneira contudente a Segurança Alimentar, diz o seguinte:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do *direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (grifo nosso).*

O grifo na redação do Artigo a cima serve pra enfatizar que o não cumprimento do descrito presume o comprometimento da Segurança Alimentar “na medida em que a principal causa da insegurança alimentar é a falta de capacidade de acesso aos alimentos (...) (PNSAN¹/CAISAN, 2011, p. 19).”

Desta forma, o fator “acesso” mencionado no Art. 03 pode ser a chave para a Segurança Alimentar. Entretanto,

(...) a necessidade da alimentação requer que pensemos na produção e desse modo, no esquema, na forma e na estrutura de produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos, e no abastecimento de mercados consumidores próximos às áreas de produção (Thomaz Júnior, 2007: p. 04) (grifo nosso).

Neste caso Thomaz Júnior (2007) descreve o que implica um distinto significado, *Soberania Alimentar*, ou seja, além da Segurança Alimentar prevista em lei, requer que pensemos em autonomia de produção, autonomia local, produzir variedade de alimentos próximos aos consumidores.

A produção de alimentos tem base na agricultura, porém os discursos geralmente tratam das atividades ligadas ao agronegócio – produção em larga escala, monocultura (de cana, de soja, etc.) que geralmente visam o mercado de combustíveis ou de importação.

Em termos referenciais para conceituar agricultura familiar, tema proposto ao debate, levamos em conta o indicado pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000: “O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às

¹ Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional/CAISAN, 2011.

seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado (p. 10).”

Em outras palavras, porém com mesma acepção, temos que, na unidade agrícola em que se desenvolve agricultura familiar toda etapa de exploração desta atividade, que se trata de uma relação de trabalho, assim como as relações que envolvem acesso e apropriação dos bens, resulta da íntima ligação à família, (NODA, NODA & MARTINS, 2006).

Para continuarmos expondo o tema devemos assentar o papel que tem desempenhado, principalmente no Brasil a partir de 1950, a modernização da agricultura. De acordo com TEIXEIRA (2005, p. 22), “modernização da agricultura seria sinônimo de mecanização da lavoura” ou que “deve levar em conta todo o processo de modificações ocorridas nas relações sociais de produção”.

Ainda para o autor supracitado, “A verdade é que a modernização da agricultura segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendo a fortalecer a monocultura (p. 22).” Na década de 1960 o Brasil tem uma intensificação na modernização passando a produzir equipamento e insumos que transformou o setor agrário e formou o complexo agroindustrial (TEIXEIRA 2005).

A modernização por equipamento e insumos, embora tenha transformado a agricultura brasileira, não se deu de maneira uniforme. Segundo Moreira et al (2004, p. 04) :

Essa incorporação do progresso técnico propiciado pelo processo de modernização da agricultura se processou de forma espacialmente desigual. Ela foi bem mais intensa no Centro-Sul do país do que nas regiões Norte e Nordeste. Exemplo disso é a concentração de 80,9% do número de tratores existentes no país em 1980, nas regiões Sul e Sudeste contra 7,4% no Norte e Nordeste.

Como antes mencionado, o processo de modernização se deu de forma desigual nas várias regiões e atingiu especialmente alguns produtos, fortalecendo a monocultura (agricultura patronal). No estado paraibano, na Zona da Mata, tal processo, mesmo tendo atingido e alterado de alguma forma a produção de alimentos das pequenas produções agrícolas, somente ocorreu de forma mais ativa sobre a monocultura da cana (MOREIRA ET AL, 2004).

As transformações que levaram a agricultura de base familiar a estar à margem de outra apresentada como moderna denota ainda mais “precariedade jurídica, econômica e social” e a fragilidade no “controle dos meios de trabalho e produção (especialmente a terra) (PESSÔA, 1999, p. 36)”.

Com essa breve avaliação do que veio a ser a modernização da agricultura no Brasil percebemos o quão ela interveio nas relações com os meios técnicos de produção beneficiando, principalmente, uma agricultura – a patronal (dedicada ao comércio em larga escala) – deixando em segundo plano a produção de alimentos.

A produção de alimentos é um papel que a agricultura familiar vem desempenhando.

“Apesar de ter perdido importância para o desenvolvimento industrial e estar à margem da agricultura moderna, a agricultura familiar sempre manteve um lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países por ser supridora de alimentos básicos ao mercado interno.

No Brasil, a agricultura familiar, a partir dos anos 90, tem sido alvo das discussões empreendidas por estudiosos da questão (agrônomos, economistas, geógrafos, sociólogos) pela sua importância no abastecimento alimentar e pelo tratamento que tem recebido do Estado, em detrimento da agricultura empresarial (PESSÔA, 1999, p. 36)”.

Este desempenho importante que ela vem desenvolvendo, considerando ainda seu esquecimento de décadas por parte do Estado, é visível ao observar sua participação na produção nacional como consta na Tabela 1.

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO NACIONAL

Item	%	Item	%
Mandioca	87	Leite	58
Feijão	70	Suínos	59
Milho	46	Aves	50
Café	38	Bovinos	30
Arroz	34	Trigo	21

Fonte: IBGE, 2009.

Trata-se de uma atuação efetiva na produção nacional que a atividade vem desempenhando produzindo alimentos como arroz, feijão, leite, mandioca – base da alimentação da família – resultando primeiro em autoconsumo, pois o que é produzido não necessariamente deve servir ao mercado.

“A idéia de que a produção agropecuária tem que servir ao mercado é difundida pelas transnacionais agro-químico-alimentares, exatamente para manterem sob seu controle direto e decisório não somente as relações de troca, mas toda a cadeia produtiva dos alimentos que inclui a produção imediata, a distribuição, a circulação, o consumo e, conseqüentemente, expressivas parcelas da classe trabalhadora, desde os campos até os diversos setores urbanos do processamento agroindustrial (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 2).”

Além disso, o produtor familiar, o camponês ao se inserir cada vez mais num processo de produção ao mercado fica vulnerável as oscilações, “tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas (OLIVEIRA, 2007, p. 09).”

De acordo com o INCRA/FAO (2000), a distribuição do financiamento destinado à agricultura é de 25,3% do financiamento entre os agricultores familiares e 73,8% para os patronais, além da participação dos estabelecimentos familiares no crédito rural serem inferior ao percentual do VBP² de que eles são responsáveis. Observadas e comparadas às características de cada uma evidenciamos a eficácia da atividade familiar (Ver Tab. 2).

TABELA 2 – BRASIL – ESTABELECIMENTOS

CATEGORIAS	Nº de Estab.	Área ocupada (hectares)	Pessoal ocupado	Valor da produção (1.000R\$)
Familiar	84,4% 4.367.902	24,3% 80.250.453	75% 12.322.225	41.322.433
Não Familiar	15,6% 807.578	75,7% 249.690.904	25% 4.245.319	121.833.136
Total	5.175.480	329.941.393	16.567.544	163.155.569

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE

Na região Nordeste o número de agricultores familiares totalizavam 2.055.157 (88,3% dos estabelecimentos) em 43,5% da área regional ocupada com uma produção de 43% de todo o VBP da região, e detinham apenas 26,8% do valor dos financiamentos agrícolas destinados à região (INCRA/FAO, 2000).

Se mencionarmos a disparidades no financiamento agrícola os dados revelam ainda, com absoluta clareza, a concentração da terra. Tanto a Tab. 2 e a Tab. 3 (a baixo) mostram que, em comparação com os estabelecimentos familiares, os não familiares, em número bem menor, totaliza mais de 75% das terras ocupadas.

TABELA 3 – NE E PARAÍBA – ESTABELECIMENTOS E ÁREA

CATEGORIAS	Nº de Estab. NE	Área ocupada (hectares) NE	Nº de Estab. PB	Área ocupada (hectares) PB
------------	-----------------	----------------------------	-----------------	----------------------------

² INCRA: VBP- Valor bruto da produção (dados do Censo Agropecuário 1995/96). INCRA/FAO, 2000.

Familiar	2.187.295	28.332.599	148.077	1.596.273
Não Familiar	266.711	47.261.842	19.195	2.186.605
Total	2.454.006	75.594.441	167.272	3.782.878

Fonte: Censo Agropecuário 2006, IBGE

O maior meio concentrador de terras é a prática da monocultura. Na região Nordeste, principalmente Zona da Mata, a prática é a monocultura da cana. Segundo Lima (2011) a partir dos anos 1990 após crises no setor da cana as terras ociosas foram alvos das lutas de grupos sociais que o próprio setor da cana estava excluindo.

“A resposta do Estado, por meio do INCRA, foi a criação de assentamentos, predominantemente, nas propriedades das empresas agroindustriais falidas. Porém, tanto os representantes do poder judiciário como a classe política próxima à tradicional oligarquia canavieira, defendeu os interesses dos seus aliados de classe, os grandes grupos empresariais do agronegócio da cana, dificultando e impedindo o andamento do processo de desapropriação de terras (LIMA: 2011, p. 79).”

O território paraibano em 2010 apresentava 240³ Projetos de Assentamentos (PAs). Segundo o Correio da Paraíba, já este ano (2012) o INCRA criou mais oito (08) totalizando 322 assentamentos. Destes, 289 criados pelo INCRA e 33 pelo Instituto de Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA).

2.3 Assentamento no contexto da agricultura brasileira

As considerações feitas até o momento revelam alguns dos problemas/barreiras que vão sendo impostos à agricultura não patronal, uma delas é a concentração de terras. Por isso, ao fazer referência ao assentamento, no intuito de estabelecer um breve diálogo sobre a agricultura brasileira, requer que nos ponderemos à questão agrária.

Primeiro que a concentração de terras tem origem em um Brasil colônia mediante um processo de exploração e expropriação. Como expresso em Lima (2006, p. 54):

“Fundamentados nas sesmarias – grandes lotes de terras doadas aos simpatizantes da Metrópole Portuguesa, feita apenas aos “homens de posses” que queriam se fixar na

³ MAPA DA TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA - ASSENTAMENTOS, 2010 - Fonte: INCRA, 2010 Org.: Edvaldo Carlos de Lima, 2011.

agricultura e produzir aquilo que era interesse da exploração colonial. As relações de trabalho neste processo de formação dos latifúndios eram predominantemente escravocratas. Estes trabalhadores eram submetidos a um regime social de sujeição e utilização de sua força de trabalho, explorada pelo sistema social e econômico que sustentava a elite que detinha as sesmarias que são bases históricas dos latifúndios, hoje.”

Então, diretamente resultante desse processo, figura e perpetua-se no cenário brasileiro uma gama de latifúndios, destinados ao agronegócio ou em completo estado de ociosidade.

Para explicar essa conservação dos latifúndios brasileiros é que “procuram demonstrar como o agronegócio poderia produzir superávits que tornaria desnecessária a reforma agrária, apenas com maior investimento de subsídios do orçamento público no agronegócio (FERNANDES ET AL, 2006, p. 112)”.

“O modelo de produção que referencia o agronegócio está fundado no desrespeito à biodiversidade, na destruição do meio ambiente, na deturpação dos preços, na sabotagem das políticas de Reforma Agrária e, conseqüentemente, na desmobilização da sociedade e dos trabalhadores em particular, elementos centrais para a edificação da Soberania Alimentar (...) (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 04).”

Ao fazer esta citação de Thomaz Júnior se se julga que o autor revela em suas palavras elementos que se avalia como produto da imposição capitalista, ele atenta para que percebamos essa imposição e realidade.

No entanto, vale lembrar que no Censo Agropecuário 2006 constatou-se que dos 4,3 milhões de estabelecimentos familiares, em 5,6% os produtores não eram proprietários da área em que trabalhava. Essa percentagem engloba produtores “assentados sem titulação definitiva”, que tinham acesso temporário ou precário às terras (arrendatários, parceiros ou ocupantes). Ainda assim, apesar da incerteza causada nos trabalhadores por conta do precário acesso às terras, é bem expressivo o número de agricultores familiares nesta condição.

Entende-se que o acesso restrito à terra – a concentração – responde a intensidade de conflitos espalhados pelo território brasileiro, inerente a esse fato está um grande número de movimentos e organizações pró-reforma agrária e de luta pela terra, “de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses (FERNANDES, 2003, p.05)”.

Assim, temos a ideia de que é somente mediante tais pressões que vem se conseguindo obter e promover a distribuição da terra; é através de movimentos sociais de luta pela terra que se aplica o que expressa o Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64).

De acordo com o Estatuto da Terra, reforma agrária é “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Como descreve o INCRA: deve proporcionar a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; a produção de alimentos básicos; a geração de ocupação e renda; o combate à fome e à miséria; a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; a interiorização dos serviços públicos básicos; a redução da migração campo-cidade; a democratização das estruturas de poder; a promoção da cidadania e da justiça social.

A reforma agrária faz a propriedade cumprir sua função social como prevê a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 5º, inciso XXIII⁴ e prevê também no inciso XXIV do mesmo Art. que a desapropriação se dará “por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa ou prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos”.

Tomemos então como indispensável, por força do que representam tais definições, para assim afirmarmos o papel do assentamento na agricultura familiar como agente social na produção de alimentos, como também na geração de trabalho.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

O presente trabalho consiste de uma pesquisa num universo da agricultura familiar e soberania alimentar. Como objeto representante desse estudo se apresenta o Assentamento Novo Salvador-Jacaraú/PB, com o objetivo de analisar a agricultura em seu território. Dessa forma utilizando o método do estudo de caso.

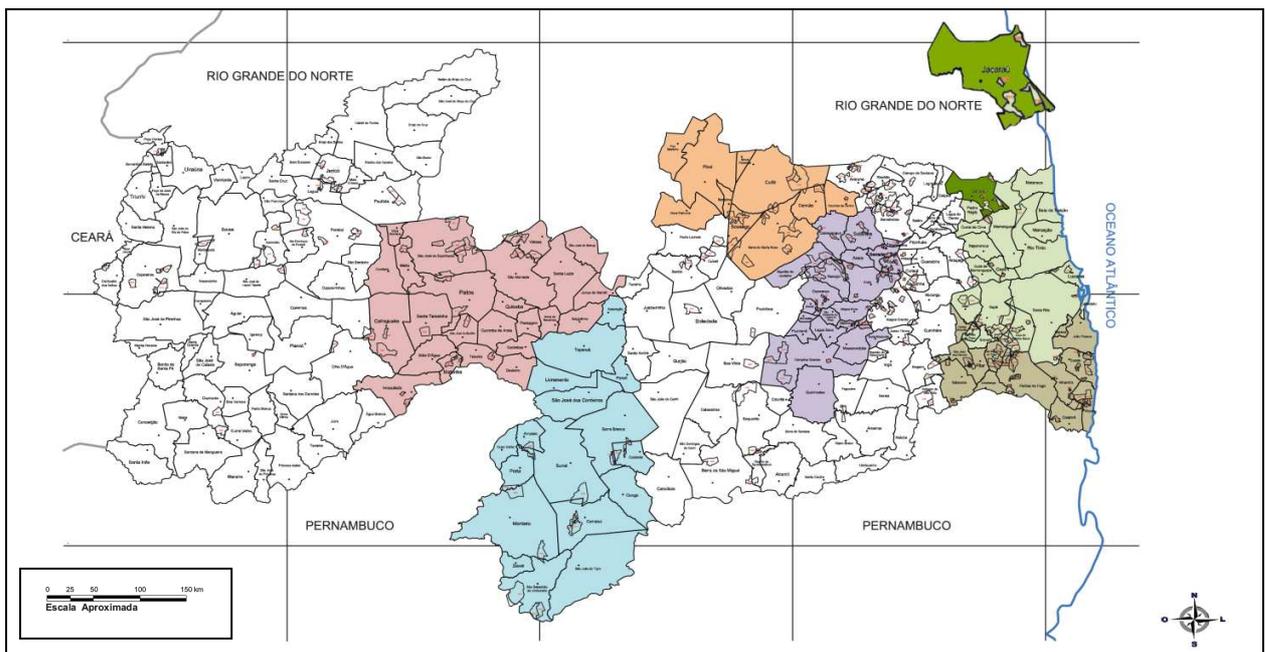
Para desenvolver a pesquisa foi necessário buscar referências, embases teórico que permitissem fundamentá-la. Para isso, uma revisão literária que buscou expor conceitos e informações elaborados por autores importantes no tema e também coletadas de órgãos como INCRA, FAO, IBGE. A consulta a esses referenciais possibilitou descrever a importância do tema em apreciação, permitindo também assiná-lo como elemento de afirmação social no território em que se desenvolve. Essa consulta constitui-se então, desta forma, como parte importante para a pesquisa.

⁴ CF: Art.5º XXIII – a propriedade atenderá sua função social;

No Assentamento Novo Salvador-Jacaraú/PB foram coletadas informações através de trabalhos de campo – método continuamente utilizado na Geografia e realizado neste estudo. Como diz Serpa (1949, p.09), “afirmamos a necessidade de revelar, através do trabalho de campo em Geografia, as diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa.” Para tanto foi aplicado um questionário estruturado junto à moradores e realizado entrevistas informais com lideranças. Durante a pesquisa tivemos a oportunidade de participar como ouvinte de algumas reuniões da associação dos trabalhadores rurais do assentamento.

O interesse em falar sobre assentamento nessas considerações acerca da agricultura familiar vem da necessidade de investigar a realidade, no sentido de algo que se faz muito presente em Jacaraú/PB.

FIGURA 01- MAPA: LOCALIZAÇÃO DE JACARAÚ



Fonte: LIMA, Edvaldo Carlos de. Recife: O autor, 2011.

O município, localizado na Zona da Mata, tem população de 13.942 habitantes possui quatro (04) assentamentos. A Zona da Mata Paraibana, marcada pela cultura da cana, é palco frequente da luta pela terra, no período dos 50 a 60 este campo resistiu com as Ligas Camponesas (RODRIGUES, MOREIRA, 2003). A Zona da Mata Possui 50.008 agricultores familiares cadastrados em sindicatos de trabalhadores rurais, 5.042 pescadores e aquicultores cadastrados no

Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA e na Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba-SUDEMA, 2.402 famílias assentadas e três (3) terras indígenas demarcadas abrangendo dezenas de aldeias localizadas entre os municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto⁵.

4 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

4.1 PA Novo Salvador – a construção de um território

A construção do território do Novo Salvador teve início com a ocupação e acampamento do imóvel rural denominado "Salvador Gomes" pertencente à Usina Agicam – Destilaria Santo Antônio. Grande parte dos acampados trabalhava ou tinham trabalhado na usina. Como exemplo o administrador do imóvel, Sr. Antônio Xavier de Lima, que aderiu à luta dos acampados apoiando e sendo um deles.

O Assentamento Novo Salvador conta com uma população que passa do número de 400 pessoas, teve origem no Decreto de 22 de outubro de 1997 quando tratou da desapropriação, declarando de interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel com área de 968,0000 ha (novecentos e sessenta e oito hectares), localizado no município de Jacaraú/PB (Litoral Norte). O Projeto de Assentamento previa a criação de 98 (noventa e oito) unidades agrícolas familiares (*Portaria N° 31, de 28 de abril de 1998*), na sua aplicação uma unidade foi destinada a ação comunitária – espaço reservado às atividades com finalidades comuns dos assentados: reuniões, assembleias, encontros religiosos, culturais, educativos, etc.

O Novo Salvador foi articulado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Em geral a luta pela terra na “Zona da Cana” nordestina é marcada por “Dissidência e Fragmentação”, “movimentos sociais no campo apresenta uma pluralidade de siglas e bandeiras que se renovam a cada dia”, contudo “O MST e a CPT continuam sendo os grandes mobilizadores das ocupações de terras na região da Zona da Mata” LIMA (2011, p. 112). A atuação da CPT na PB difere da atuação nacional, é a “secretaria mais aguerrida na luta pela terra, convencionou-se afirmar que sua atuação junto aos trabalhadores do campo é *mais próxima*”, próxima dos oprimidos e em apoio há grupos sociais que lutam por justiça social no campo (MITIDEIRO JUNIOR, 2008, p. 253-254).

⁵ PTDRS- PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – TERRITÓRIO DA ZONA DA MATA NORTE – PB. Paraíba: 2010

O retrato legítimo dessa afirmação se confirma neste caso, e não apenas pela articulação com os trabalhadores promovida pela CPT, mas também pela articulação direta dela e da igreja. Durante o acampamento ela promoveu o encontro de comunidades religiosas católicas e a população vizinha ao acampamento para celebrações e missa. Desta forma reuniu um contingente significativo de pessoas comuns e autoridades locais.

De acordo com uma trabalhadora rural do assentamento e representante da CPT, foram três (03) meses de acampamento, os acampados vieram de várias cidades da PB e, algumas famílias do Rio Grande do Norte. O que motivou o acampamento foi o estado de improdutividade da terra, pois a Usina Agicam no momento estava em crise. Logo, no período final dos anos 90 muitas usinas tiveram dificuldades de operar, pois o governo retirou o subsídio destinado aos produtores do álcool desde o Proálcool, dado a superação da crise do petróleo.

Da data de emissão de posse, 12 de janeiro de 1998 (14 anos), aos dias atuais, da implantação de infraestrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural se deu a energia elétrica e a água encanada (cabe à comunidade a responsabilidade com a manutenção do aparelho de distribuição da água), os assentados contam com cisternas para armazená-la. Uma parte das cisternas foi construída pela CÁRITAS. As cisternas fazem parte das “tecnologias sociais” para a captação de água que a entidade desenvolve com a finalidade de promover o desenvolvimento das comunidades rurais.

A conclusão da infraestrutura física prevista ainda está para o futuro. Recentemente a comunidade recebeu uma creche, o Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI - Maria Berenice Clementino de Lima foi inaugurada em 31 de março, 2012, com estrutura para atender cerca de 100 crianças. Segundo o assentado, presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais, o centro dará também espaço para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno.

Com o apoio do Cooperar/PB obtiveram uma Unidade de Beneficiamento de Mandioca – Casa de Farinha. Calcula-se a construção de uma escola e uma Unidade Básica de Saúde. O fato de não haver tais instituições no assentamento não impede que sejam atendidos, pois a população frequenta as escolas mais próximas como a Anátide Paes Barreto, vizinha ao assentamento oferecendo o ensino fundamental (o município só disponibiliza estabelecimento de ensino médio na cidade). Frequentam também a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) do Distrito Timbó onde se localiza o assentamento. A população avalia a UBSF de maneira favorável, mas atenta para o número de pessoas que se destina a ser atendida por ela.

A comunidade busca se organizar e se fortalecer, para isso existe a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Novo Salvador. Novas formas de associações vêm surgindo. Para consolidar esta afirmação por uma organização e mobilização entre a Associação local, o SEBRAE/PB, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Jacaraú e a prefeitura municipal, os produtores rurais formaram uma feira para comercializar seus produtos, a feira da agricultura familiar, visando o consumidor do Distrito Timbó.

Inicialmente participaram do projeto 15 produtores, assentados do Novo Salvador e de Jardim (assentamento de Curral de Cima, município vizinho) e não assentados do Distrito Timbó que fossem agricultores familiares. A feira ganhou mais produtores familiares e feirantes em geral, tornou-se uma feira livre referência para a localidade, “a Feira do Timbó”. A primeira feira foi realizada em 26 de novembro de 2011, imagens deste dia comparadas há imagens de alguns meses depois pode dimensionar a mudança ocorrida neste curto espaço de tempo. Observe as fotografias 1 e 2.



Fotografia 1: 1ª Feira – 26 nov. 2011.



Fotografia 2: 16ª Feira - 10 març. 2012.

Também do assentamento o Grupo de Mulheres do CEDESC - Centro de Desenvolvimento Social e Cultural desenvolve trabalho com artesanato que é comercializado na feira como mostra a Fotografia 3. O grupo espera a construção de um espaço para suas atividades.



Fotografia 3: Artesanato do Grupo de Mulheres do Assentamento Novo Salvador sendo exposto à venda na Feira.

Ocorre no Novo Salvador o sistema de *Agrovila*⁶, o mesmo que em outros assentamentos do estado da PB e pelas mesmas razões descritas por Caniello e Duque (2006, p. 629) de assentamentos no Cariri:

“Segundo os próprios assentados, a decisão favorável à construção das agrovilas teria sido induzida pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir do argumento de que somente essa opção garantiria o acesso das famílias à água encanada, energia elétrica, assistência médica e educação.”

O sistema favorece sim para a rápida instalação de água e energia, concentrar e aproximar a escola, o posto de saúde da população. Porém alguns assentados acusam a distância entre a residência e a parcela de dificultar o trabalho. Outra opção seria casa no lote permitindo que se trabalhe mais perto de casa.

⁶ Agrovila - Aglomerado de residências no meio rural cujos moradores se ocupam de atividades agrícolas ou rurais. EMBRAPA.



Fotografia 4: Assentamento N. Salvador: Agrovila – casas lado a lado.

4.2 PA Novo Salvador: exame de sua agricultura

A área de novecentos e sessenta e oito hectares (968,0000 ha) foi distribuída beneficiando cada família com 7,5 ha (sete hectares e meia), parte constitui área de preservação permanente já estabelecida na distribuição concretizada pelo INCRA e uma unidade familiar constitui espaço comunitário.

Das 7,5 ha, os trabalhadores entrevistados mencionaram, em média, ter quase 03 ha trabalhados. Em matéria de assistência técnica os agricultores do assentamento recebem agentes de Ater⁷ – Assistência Técnica e Extensão Rural. A rede Ater objetiva orientar através de conhecimentos científicos e técnicos de experiências que tiveram êxito.

É comum encontrar áreas ocupadas com plantações de cajueiro (*Anacardium occidentale*) tendo em vista que o município vem se destacando na produção e beneficiamento da castanha de caju. Contudo, as culturas são bem diversificadas, o território produz inhame, banana, coco, acerola, amendoim, macaxeira, mel, milho, feijão, açafrão, abacaxi e mandioca, têm pequenas criações de gado, galinhas e eventualmente de cabras.

Algumas culturas são praticadas por quase todos os trabalhadores, outras tem pouca representação. Entre as mais praticadas destacam-se, além da castanha, a da mandioca, a do feijão

⁷ A Ater está ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Ater está credenciada no Sistema Nacional Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, em parceria com a Pesquisa Agropecuária, Universidades e organizações dos agricultores familiares.

e a do abacaxi. No caso da mandioca sua demanda explica a necessidade da Unidade de Beneficiamento de Mandioca – Casa de Farinha, que veio a favorecer a comunidade.

Segundo o presidente da associação do PA, a produção de farinha é do produtor, somente cabe a ele ceder entre 16% a 20% da produção (a percentagem irá depender se o associado produtor rural está em dia com a associação do assentamento) à casa de farinha para sua manutenção e despesas. Desta percentagem arrecadada 20% destinam-se ao trabalhador responsável pela casa. Apesar da existência da casa de farinha alguns produtores vedem a mandioca *in natura* a terceiros isso reflete na queda de produção registrada ao comparar os anos 2010 e 2011. Respectivamente a produção de farinha foi de 13.072 kg e 9.793 kg.

O feijão apesar de uma cultura que só tem sua produção intensificada no período das chuvas representa um símbolo da agricultura familiar, neste caso, o feijão macassar (macassa, feijão de corda) ou feijão verde é bastante produzido no assentamento (Ver fotografia 5).



Fotografia 5: Plantação de feijão macassar em cerca de 3 ha do Sr. Severino Ribeiro em parceria com Sr. Paulo Ribeiro. Fotografia realizada em março deste ano, 2012.

A lavoura apresentada na fotografia 5, acima, foi comercializada diretamente com o consumidor na Feira do Timbó eliminando a prática de atravessadores. Antes da existência desta feira o feijão e as demais produções eram conduzidas às feiras livres da cidade e vizinhas como a de Pedro Régis e também a de Nova Cruz-RN.

O abacaxi também é bastante cultivado no território. Neste trabalho já mencionamos a venda a terceiros (atravessadores), o abacaxi é uma cultura que tem essa característica de passar por vários negociantes até chegar ao consumidor final. Na lógica quando isso ocorre significa que o produtor irá entregar sua produção por preço mais barato e o consumidor pagará mais caro pelo produto. Na fotografia 1 podemos observar o abacaxi sendo exposto na primeira edição da feira do Timbó.

Para Fernandes (2003) o fato de muitos assentamentos terem sido implantados apenas por força de “lutas populares e conjunturas políticas” tenha ocasionado um número de projetos de assentamentos pouco estruturados, sem o arcabouço assistencial do estado. O Novo Salvador demonstrou ter sofrido por esta falha de estrutura. A princípio registrou alta produção no correr de seus primeiros anos observados na oferta de seus produtos e relacionados ao subsídio inicial disponibilizado pelo governo. Em seguida teve uma queda na produção e seguidas evasões de assentados.

Porém, atualmente vemos sinais de recuperação, apenas duas unidades familiares estão desocupadas, mesmo assim há trabalhadores previstos aguardando cadastro no INCRA. As famílias continuam a plantar, embora haja casos que sua lavoura seja considerada de subsistência, cultivada apenas no inverno.

Há também um alto número de inadimplentes com o banco por contraírem empréstimos. De um número de 46 agricultores apenas quatro não se encontravam inadimplente. Muitos que tinham uma linha de crédito menor (até R\$10 mil) foram anistiados pelo governo. Em abril deste ano (2012) o jornal Correio da Paraíba noticiou que um número de 3.825 agricultores paraibanos poderia perder a terra por dívidas rurais com os bancos.

5 CONCLUSÃO

Aprendemos que o agronegócio é tido como a *locomotiva* da economia no país. Na região da Zona da Mata dos estados Alagoas, Pernambuco e Paraíba o agronegócio que impera é o da cana de açúcar, de modo que a utilização do termo Zona da Cana tenha mesma designação “*se trata de uma substituição drástica da “paisagem mata atlântica” pela “paisagem canavieira”, construída historicamente pelo modelo agroexportador do açúcar e, principalmente hoje, de etanol (LIMA: 2011 p.73)*”.

O *mundo* da cana é inerente à história do Projeto de Assentamento Novo Salvador, o que é seu território hoje, já pertenceu às atividades de uma Usina.

O Assentamento passou por dificuldades, contudo não representa fracasso. Como menciona Batista (2007, p. 06): “áreas que até então estavam na mais completa inércia, ociosas e improdutivas, passaram a ser contempladas por projetos de assentamentos e acabaram desenvolvendo uma agricultura produtiva *capaz de mudar a dinâmica de pequenas cidades*.” A PA vem dando sinais de recuperar-se por força de sua agricultura, sua produção familiar. Através da feira a atividade teve novo fôlego.

Em concordância com Pessoa (1999) e depois de verificado em campo, a prática da associação, do cooperativismo também é um de destaque, pois que se reflete na união dos trabalhadores tornando-os mais fortes. Essas práticas são também as propostas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) no município de Jacaraú.

O CMDRS se reúne em média quatro vezes por mês para discutir propostas de desenvolvimento rural e da agricultura. O Sr. José Alves, como presidente do conselho e também do STTR do município, informou que os trabalhos dos dois órgãos visam à permanência do trabalhador no campo.

Tratam desde projetos de água encanada para comunidades como Pirari, Formosa Junco, Tanque D’Antas e mais à realização de feiras orgânicas. Atuam na organização dos agricultores em associações rurais, informando, preparando e regularizando o agricultor para concorrer aos editais do PAA-Programa de Aquisição de Alimento que visa à composição do cardápio das escolas estaduais e também municipais.

O município apresenta ideias verticalizadas para a agricultura a exemplo temos a cultura da castanha de caju. Além da produção o agricultor vem beneficiando o produto e abastecendo o comércio local e vizinho. Segundo o Sr. José Alves isso elimina a figura do atravessador trazendo um lucro maior. Ele aponta a organização da Feira do Distrito Timbó como instrumento positivo aos agricultores dos assentamentos, principalmente os do Novo Salvador pela proximidade, pois antes disso o destino da produção era a venda à comerciantes do município Mamanguape. Outro ponto de vista de melhorias para assentamento seria um melhor aproveitamento da mini-indústria Casa de Farinha, visto que parte da produção é comercializada *in natura*.

Percebe-se que a segurança está no desenvolvimento local. O caminho da atualidade é a agricultura familiar, torna-se necessário o fortalecimento desta, sua promoção e investimentos por meio de políticas agrícolas e de reforma agrária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva – Abr/jun, vol. 11, nº2: 73-78, 1997. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/agricultura_familiar.pdf Acesso em: nov. 2011.

BATISTA, Ederval Everson. As vantagens sociais da agricultura familiar desenvolvida em projetos de assentamentos. In: III ENGRUP – Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais. Porto Alegre: 2007

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. -- Brasília, DF: CAISAN, 2011.

CANIELLO, Márcio; DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006. p. 629-641.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, Senado Federal: Mesa Diretora – Biênio 2011/2012. Brasília: 2012.

CORREIO DA PARAÍBA. Incra criou 8 projetos de assentamento. Paraíba, 29 de abril de 2012.

CPRM-Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Jacaraú, estado da Paraíba/ Organizado: João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

FAJARDO, Sergio. Considerações sobre o espaço rural a partir do enfoque econômico da paisagem e do território. In: **CAMINHOS DE GEOGRAFIA** - revista on line v. 11, n. 34 - Uberlândia jun 2010. p. 225-234. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> Acesso: 14 jun. 2011.

FERNANDES, B. M, FELICIANO, C. A, WELCH, C. A. Do Pontal do Paranapanema a Ribeirão Preto: uma viagem geográfica e paradigmática para melhor compreender os modelos de desenvolvimento da agricultura. In: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n. 1, p. 107-114, 2006.

FERNANDES, B. M. Reforma agrária no governo Lula: a esperança. In: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/degeo/nera> Acesso: set. 2011.

HORA, Karla E. Ribeiro. Território-Rural: Pequena Agricultura Familiar e Meio Ambiente. In: **IV ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE**. Centro de Convenções Israel Pinheiro Brasília - Distrito Federal – Brasil, de 4 a 6 de junho de 2008. **Anais** 2009. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anppas.org.br> Acesso: 12 jun. 2011.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. FAO/INCRA, 2000. p. 150.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na “zona da cana” nordestina: o estudo da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Recife: O autor, 2011.

LUCENA, Claudete P. do N, MARIANO NETO, B. A formação de Guarabira e seus recortes territoriais. In: Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental. / Mariano Neto, Belarmino, Arruda, Luciene Vieira (Orgs.) – João Pessoa: Ideia, 2010. 326 p.

MITIDEIRO JUNIOR, M. A. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo: USP, 2008. 501 p.

MOREIRA, Emília, TÔRRES, Éricson da Nóbrega, DA SILVA, Richarde Marques, TARGINO, Ivan. Espaço Agrário e Tecnologia Agrícola na Zona da Mata da Paraíba. **Revista Cadernos do Logepa** - Série Pesquisa, ano 02, n. 02, p. 1-22, 2004 - João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/logepa/revistas> Acesso: 03 mar. 2011

NODA, Sandra do Nascimento, NODA, Hiroshi e MARTINS, Ayrton L. Urizzi. Agricultura Familiar na Várzea Amazônica: Espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental. In: SHERER, E. e Aldemir, J. (Orgs.). **Amazônia**: Políticas públicas e diversidade cultural.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed., 1ª impressão – São Paulo: Contexto, 2007.

PTDRS- PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – TERRITÓRIO DA ZONA DA MATA NORTE – PB. Paraíba: 2010

PESSOA, Vera Lúcia Salazar. A agricultura familiar e as estratégias de sobrevivência na virada do milênio. **Espaço em Revista** – Catalão – v. 2 – nº 2 – p. 36-41. Catalão/GO, 1999.

RAFFESTIN, Claude. O que é o Território? In: Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993. pp.144-220.

RODRIGUES, Luanna L. Martins; SILVA, Áurea R. Oliveira da; MOREIRA, Emília de R. Fernandes. DO CONFLITO DE TERRA A CONSTRUÇÃO DA VIDA NA TERRA: O CASO DO PA ALMIR MUNIZ DA SILVA. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo. São Paulo, 02 a 07 de fevereiro de 2009. **Anais...** 2009. p.1-21. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/trabalhos> Acesso: mar. 2011.

RODRIGUES, Maria. de F. F, MOREIRA, Alecsandra. P. da C. Indicadores sociais e qualidade de vida na Zona da Mata Paraibana. **Revista Cadernos do Logepa** - Série Texto Didático, ano 02, n. 03, p. 8-27, 2004 - João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/logepa/revistas> Acesso: 03 mar. 2011

SANTOS. M., SILVEIRA, M L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAQUET, Marcos A. Abordagens e Concepções de Território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERPA, Ângelo. O Trabalho de Campo em Geografia: Uma abordagem Teórico-Metodológica (The Field Work in Geography: One Theoretical and Methodological Approach). **BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA**, SÃO PAULO: AGB, nº 84, p. 7-24, 2006.

SURTEGARAY, Dirce M^a. A. **Cadernos Geográficos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. – n.1 (maio 1999) – Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/ Três Lagoas-MS, V 2- n.º 2, Setembro de 2005. p. 21-42

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica: LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFÍA Y LAS CIENCIAS SOCIALES.** De 28 de mayo -1 de junio de 2007/Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS, 2007.

ZAMBERLAM, Jurandir, FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente.** – 3 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ANEXO

ANEXO I – Questionário aplicado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Data do preenchimento do Questionário: ____/____/____ Horário: ____:____

Local: _____

Lote nº: _____

Pesquisador/a: _____

1.1. Nome do entrevistado: _____

1.2. Sexo: M () F () Idade: _____

1.3. É titular do lote? () Sim () Não – Quem é o titular? _____

1.4 Participa de algum grupo, cooperativa ou associação existente no assentamento?

() Não – Conhece algum grupo, cooperativa ou associação do assentamento? _____

() Sim – Qual(ais) _____

PARTE I: COMPOSIÇÃO E ESCOLARIDADE DA FAMÍLIA (Ver tabela pág. 03)

PARTE II: PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DAS FAMÍLIAS

2.1. O que está plantando/ produzindo no lote?

2.2. O que é produzido no lote é comercializado?

() Não

() Sim – () grãos () animais () ovos () leite () outros _____

2.3. Onde? _____

2.4. Pratica atividade artesanal?

() Sim

() Não

2.5. Qual a extensão da área trabalhada? _____

2.6. Já participou de algum empréstimo coletivo? Qual? E quanto?

2.7. Já foi quitado? () sim () não

2.8. Recebe alguma fonte de renda, como:

() bolsa escola

() bolsa família

() outros programas assistenciais _____

() ajuda econômica de familiares

() aposentadoria

ANEXO II – Questionário aplicado (continuação)

PARTE III:

3.1 ESCOLA

a) Conhece a escola do assentamento? () sim () não

b) Qual é o nome dela?

c) A sua família participou da ocupação que deu origem ao assentamento? () não () sim

d) No acampamento as crianças estudavam?

() não estudavam, pois eram pequenas

() não estudavam porque não tinha como levá-las até a escola da cidade

() sim, estudavam na escola da cidade

() sim, estudavam na escola do acampamento

() outros _____

3.2 SAÚDE

a) Qual a unidade de saúde que costuma ir?

b) Como avalia o desempenho das atividades por ela desenvolvidas? 1 -2 -3 -4 -5

c) Qual o ponto positivo?

d) Qual o ponto negativo?

PARTE IV: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

ANEXO III – Questionário Aplicado (continuação)

NOME	GP ⁸	Sexo	Idade	Naturalidade	Tipo de ocupação	RT ⁹	NE ¹⁰	Estudos em andamento/LOCAL
<i>Rosa Maria</i>	<i>4</i>	<i>M</i>	<i>54</i>	<i>XXXX, PB</i>	<i>roça</i>	<i>1</i>	<i>3</i>	<i>EJA - E.E.M. Assto. XXXX</i>

⁸ GP: Grau de parentesco: (1) avo , (2) avô, (3) pai, (4) mãe, (5) filho/a, (6) neto/a, (7) genro, (8) nora, (9) sobrinho/a, (10) outros

⁹ RT: Relação de trabalho: (1) agricultor familiar, (2) assalariado rural, (3) assalariado urbano, (4) servidor público, (5) comercial-autônomo, (6) informal, (7) do lar, (8) diarista, (9) outros

¹⁰ NE: Nível de escolaridade: (1) analfabeto, (2) semi-analfabeto, (3) Ens. Fund. Incompleto, (4) Ens. Fund. Completo, (5) Ens. Md. Incompleto, (6) Ens. Md. Completo, (7) Ens. Técnico, (8) Ens. Superior incompleto, (9) Ens. Sup. Completo, (10) outros